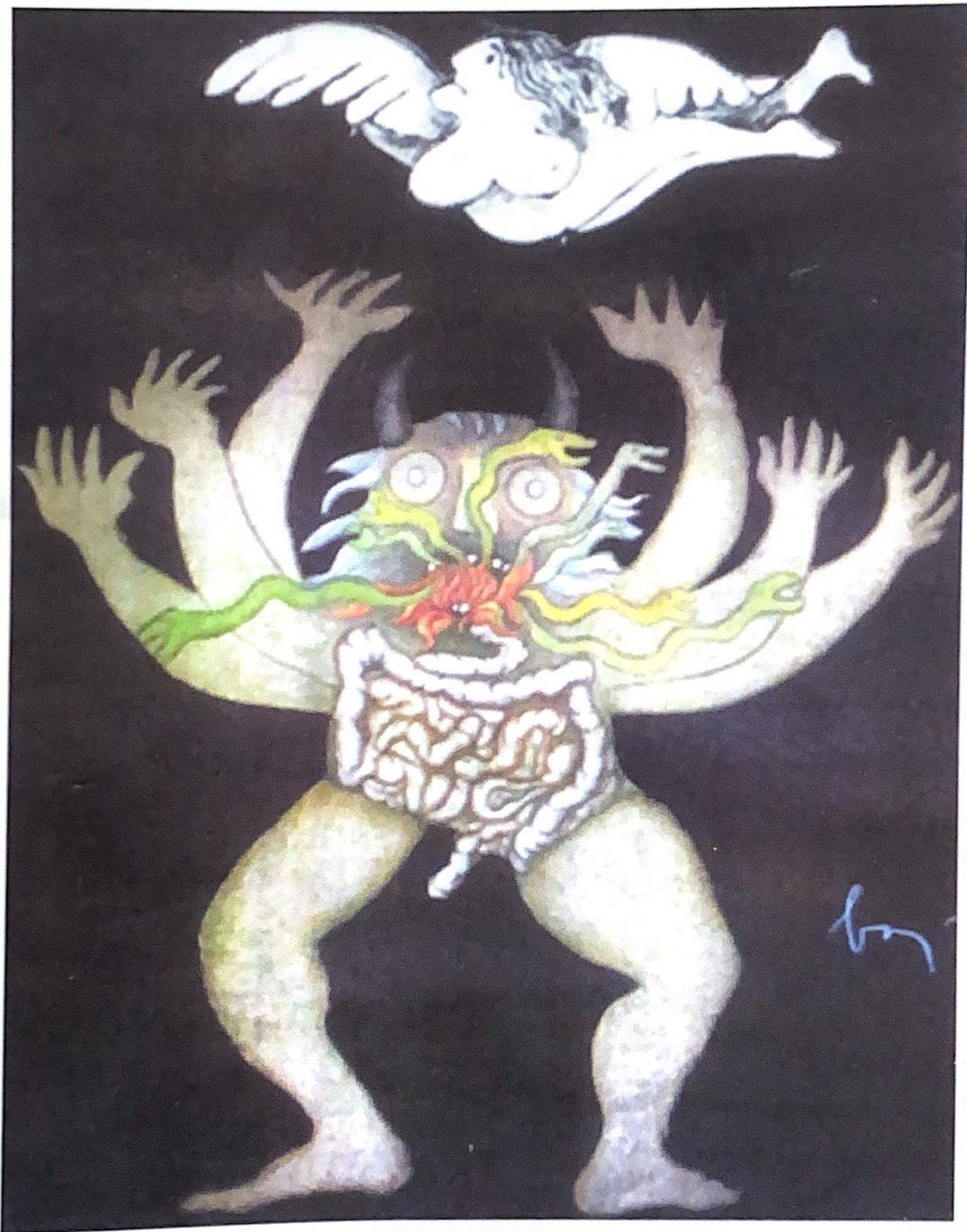


Eduardo Colombo

DEMOCRACIA E PODER
A ESCAMOTEIAÇÃO DA VONTADE



Editora Imaginário

 **EXPRESSÃO & ARTE**
EDITORORA

ANARQUIA E ANARQUISMO

“Eles não imaginam que uma sociedade possa funcionar sem amos nem criados, sem chefes nem soldados.”

Joseph Déjacque, *À bas les chefs!*

“Nosso inimigo, é o nosso amo!”

La Fontaine, *O Velho e o Asno*

Nossa época, aberta às contradições e aos paradoxos, esmagada pela chapa de chumbo de um pensamento politicamente correto, aprendeu a deixar um espaço guetizado na divergência e na marginalidade, sob a condição de não ultrapassar um certo patamar além do qual as idéias tornam-se ação e a heresia subversão.

Assim, a anarquia cheira um pouco menos a enxofre do que outrora, e, edulcorada sob a denominação “libertária”, ela foi retirada dos *bas-fonds* proletários para tornar-se uma palavra leve, e, inclusive, de bom tom nos salões e na imprensa, sobretudo se a fizermos deslizar para a direita, acoplando-a com o termo liberal.

Algumas vezes, as definições dos dicionários apresentam interesse porque elas deixam transparecer a persistência do *arrière-plan* semântico no qual a anarquia é incompatível com a ordem social estabelecida.

Antigos textos, como o *Dictionnaire de l'Académie Française* de 1694 estabelecem: “Anarquia: estado desregulado, sem chefe e sem qualquer tipo de governo”, e *L'Encyclopédie*

de 1751: "Anarquia: é uma desordem num Estado, que consiste em que ninguém nele tem bastante autoridade para comandar e fazer respeitar as leis e que, por consequência, o povo conduz-se como quer, sem subordinação e sem polícia."

O *Litté*, edição de 1885, diz: "Anarquia: ausência e governo e, por conseguinte, desordem e confusão", "Anarquista: fator da anarquia, perturbador". A palavra "anarquismo" não figura no *Litté*.

Mas já no *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle* de Pierre Larousse (1866), no meio das definições habituais da anarquia, reconheceu um outro som de sino; ele cita: "Como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade busca a ordem na anarquia (Proudhon)". E Larousse comenta mais à frente, o que, diga-se de passagem, atesta o reconhecimento de Proudhon:

O sr. Proudhon deu o nome, paradoxal na aparência, de *anarquia* a uma teoria social que repousa sobre a idéia de contrato, substituída pela de autoridade. É preciso compreender que a anarquia proudhoniana nada tem de comum com aquela da qual falamos mais acima. Sob esse nome, o célebre pensador apresenta-nos uma organização da sociedade na qual a política encontra-se absorvida na *economia social*, e o governo na *administração*, na qual a justiça *comutativa*, estendendo-se a todos os fatos sociais e produzindo todas as suas consequências, realiza a ordem pela própria liberdade, e substitui completamente o regime *feudal, governamental, militar*, expressão da justiça *distributiva*.¹

O que não o impede de pôr como antônimos de anarquia: "ordem, paz ou tranquilidade pública" e não "Estado, poder político, autoridade".

A *Encyclopaedia Britannica* dá, em sua 11^a edição de 1910, a pena a Kropotkin para explicar o verbete "anarquismo":

Nome dado a um princípio ou a uma teoria da vida e da conduta segundo os quais a sociedade é concebida sem governo". "Os anarquistas consideram — escreve Kropotkin — o sistema salarial e a produção capitalista como um obstáculo ao progresso. Mas eles também ressaltam que o Estado foi e continua a ser o principal instrumento que permite a alguns monopolizar a terra e aos capitalistas de apropriar-se de uma parte totalmente desproporcional do excedente da produção acumulado no ano.

Entretanto, como o Estado está sempre aí, as idéias que o sustentam permanecem: sem poder não existe sociedade política, não há *nomoi*, regras. No *Petit Robert* de 1970, encontramos a mesma definição tradicional "Anarquia: polit. Desordem resultando de uma ausência ou de uma carência de autoridade", mas com a palavra "anarquismo" chegamos a uma formulação quase correta: "Concepção política que tende a suprimir o Estado, a eliminar da sociedade todo poder que dispõe de um direito de coação sobre o indivíduo."

Então, a *anarquia*, é a desordem como consequência da carência de um poder estatista de coação, definição eminentemente ideológica que estabelece uma relação de causalidade entre ausência de governo e desordem, relação que, precisamente, o anarquismo nega. Evidentemente, o *anarquismo* busca a *anarquia* afirmando que uma sociedade sem poder político institucionalizado, sem Estado, é a mais elevada expressão da ordem.

Bakunin escreveu em *Estatismo e Anarquia*,² livro que acompanha o nascimento do movimento anarquista no seio do ramo antiautoritário da Primeira Internacional:

(...) acreditamos que o povo só poderá ser feliz e livre quando, organizando-se de baixo para cima, por meio de associações autônomas e inteiramente livres, fora de toda tutela oficial, mas de forma alguma fora de influências diversas e livres, em igual medida, de individualidades e de partidos, ele próprio criará sua vida.

Ele afirmara algumas linhas antes que:

(...) todo poder de Estado, todo governo, situado, por sua natureza e sua posição, fora ou acima do povo, deve por necessidade esforçar-se para submeter este último a regras e objetivos que lhe são estranhos; nós nos declaramos inimigos de todo poder de Estado, de todo governo, inimigos do sistema estatista em geral.

E ele conclui:

Estas são as convicções dos revolucionários-socialistas e é por isto que nos chamam de anarquistas. Não protestamos contra este epíteto porque somos inimigos de toda autoridade, pois sabemos que esta exerce o mesmo efeito perverso, tanto sobre aqueles que dela estão investidos quanto sobre aqueles que a ela devem subjugar-se. Sob sua ação deletéria, uns se tornam déspotas ambiciosos e ávidos, exploradores da sociedade com objetivo de proveito pessoal ou de casta; os outros, escravos.

Passaram-se mais de cento e vinte anos desde o congresso de Saint-Imier e deste escrito de Bakunin, e, fortes da

experiência do movimento anarquista, de seus avatares, de seu destino amiúde trágico, do medo que ele sempre suscitou entre os possuidores e os amos deste mundo, e da violenta repressão que eles lhe opuseram, nós, anarquistas de hoje, orgulhosos da vivacidade de nossas idéias, podemos continuar a afirmar a anarquia como uma proposição para o futuro, como um caminho para as gerações vindouras.

Diremos então que a *anarquia* designa um regime social embasado na liberdade individual e coletiva, regime do qual está banida toda forma institucionalizada de coerção e, por conseqüência, toda forma instituída de *poder político* (ou de dominação).

A liberdade anarquista, como princípio positivo de organização política da sociedade, é a outra face da *negação do princípio de autoridade*, negação constitutiva do conceito de anarquia que atrai a concordância geral de todos aqueles que se reconhecem no anarquismo em todas as suas variantes, do individualismo ao comunismo (deixaremos aqui de lado esse monstro híbrido e contranatural denominado anarquismo de direita).

Se falamos de liberdade anarquista é porque dois elementos dão sua especificidade a essa liberdade própria a uma sociedade anarquista: um é a ruptura radical com a continuidade sociohistórica do princípio de comando-obediência constitutivo de todo poder instituído, de todo "Estado" (paradigma tradicional da dominação justa). O outro é que, para os anarquistas, a liberdade não pode ser separada de uma sinergia dos valores na qual a igualdade é sua condição necessária.

Assim, a liberdade é uma criação social historicamente determinada — bem como, por sinal, a dominação —; só a *negação* escapa desse determinismo da ação cumprida e

torna-se a força criadora, a vontade de inovação. Proudhon escreve:

A negação em filosofia, em política, em teologia, em história, é a condição prévia da afirmação. Todo progresso começa por uma abolição, toda reforma apóia-se na denúncia de um abuso, toda nova idéia repousa na insuficiência demonstrada da antiga.

Da negação do governo surge a idéia positiva “que deve conduzir a civilização a sua nova forma”.³ Dito com as palavras de Bakunin: “A vontade — ou a paixão — de destruir é ao mesmo tempo uma vontade criadora.”⁴

Dáí decorre a crítica sem concessões do *contrato social* dos liberais, tanto na linhagem lockista quanto rousseauísta. Os “doutrinários liberais” sustentam que a liberdade individual é anterior à sociedade política e que cada indivíduo a aliena no “pacto social” à ficção de uma unidade coletiva abstracta depositária da soberania. Em contrapartida, para os anarquistas, a liberdade advém na história. A idéia liberal que pressupõe os homens como “todos naturalmente livres, iguais e independentes”⁵ antes da sociedade política, serve a legitimar a existência do Estado. A partir de um pacto ou contrato primitivo teorizado como um ato de fundação do poder político “que supõe ao menos uma vez a unanimidade”, os liberais justificam o dever de obedecer àqueles que comandam e aceitar as leis que os diferentes regimes impõem. “Com efeito, se não houvesse absolutamente convenção anterior onde estaria”⁶ a obrigação de submeter-se ao Governo e obedecer à lei? De onde viria o direito do Estado de coagir?

O homem só chega com muita dificuldade à consciência de sua humanidade e à realização de sua liberdade.

É no seio da sociedade, com os outros seres humanos, que a idéia da liberdade surge e desenvolve-se como um valor a conquistar. A liberdade é “o grande objetivo, o fim supremo da história”.⁷

Desta proposição decorre que, sendo a liberdade uma criação sociohistórica, ela é a obra do coletivo humano. Nada e ninguém, nem deuses nem natureza, dão ao homem sua liberdade. Ele dá-se a si mesmo, ele institui seu *nomos*, sua regra, sua “lei”. A anarquia estabelece, de saída, um corte total com toda heteronomia.

A anarquia é, então, a figura de um espaço político não hierárquico organizado para e pela autonomia do sujeito da ação. (A autonomia do sujeito humano, sujeito construído como forma individual ou coletiva). A construção desse espaço público, e das instituições que o tornarão possível, é uma tarefa sempre inacabada. Mesmo na sociedade a mais aberta e a mais livre que nos seja permitido imaginar, o anarquista será um transgressor da norma; contra o que é, ele será a favor do que, *ainda não sendo*, tem a possibilidade de advir. Tudo está na história, no social-histórico, mas o anarquismo não é “historicista”.⁸

Malatesta escrevera:

Não se trata de fazer a anarquia hoje, amanhã ou em dez séculos, mas de avançar rumo à anarquia hoje, amanhã, sempre.

Ele pensava justamente que a anarquia seria possível apenas se os homens a desejassem e se colocassem em ação uma vontade revolucionária.

A existência de uma vontade capaz de produzir efeitos novos, independentes das leis mecânicas da natu-

reza, é um *pressuposto necessário* para aqueles que sustentam que é possível reformar a sociedade.⁹

E para ir no sentido de um “estado de sociedade sem governo, sem poder, sem autoridade constituída”,¹⁰ é preciso pensá-lo e desejá-lo. Assim concebida, a anarquia inscreve-se na *longa duração* da História; identifica-se com o espírito de revolta e com o desejo de liberdade, mas acrescenta um conteúdo conceitual, uma imagem de sociedade que lhe é própria.

Com um certo anacronismo, autores diversos acreditaram ver no passado longínquo o sopro da anarquia; inclusive Nettlau, o Heródoto da anarquia, como o chama Rocker, vai buscar na Antiguidade a “recordação de revoltas, e até mesmo de lutas, nunca chegadas a seus fins, empreendidas por alguns rebeldes contra os mais poderosos” e, após os mitos dos Titãs ou de Prometeu, passando pelos heréticos contra os dogmas do papado romano, os Irmãos do livre espírito, os discípulos de Huss, os libertinos, os mártires como Servet ou Bruno, a Abadia de Thélème, os *enragés*, Babeuf e Maréchal, até o *Enquiry Concerning Political Justice* de Godwin, ele vai encontrar aí os precursores desses anarquistas que poderão fim, talvez, um dia, à “longa noite da era autoritária”.

Todas essas lutas, esses esforços, esses sofrimentos, as aspirações desses vencidos amiúde afogados no sangue, são momentos formidáveis no caminho da liberdade; abriram a via ao anarquismo, mas ainda não fazem parte da idéia da anarquia.

O trono desmorona e o altar estremece, a república substitui a monarquia de direito divino, mas a luta contra a autoridade instalada não significa em si a negação de toda autoridade, nem vai necessariamente de par com a imagem

de uma sociedade sem coação. Como diz Claude Harmel em sua *Histoire de l'Anarchie*:

Se ligássemos à linhagem anarquista todos aqueles que se revoltaram contra o poder, contra a idéia de poder, a história da anarquia confundir-se-ia com a história dos homens: ela seria o inverso da história universal.

Imaginar a anarquia como a definimos, pensar a teoria ou o projeto de uma sociedade anarquista, é uma possibilidade que surge num momento particular da história do Ocidente e que não surge, completamente acabada e por acaso, da cabeça de um rebelde genial; ela é o produto das condições reais da exploração e da dominação de classe, da forma estatista do poder político e das lutas sociais conexas. Ela é filha das Luzes e da Revolução francesa. Todavia, uma vez concebida, não se reduz às condições que determinaram seu nascimento. Sua força expansiva propaga-se como um valor à disposição da humanidade inteira.

Além disso, as idéias em geral não têm uma origem determinável, elas existem como embrião, ou por fragmentos, aqui e acolá, mas elas solicitam-se, reúnem-se, reorganizam-se e assumem, depois, um novo sentido quando uma nova situação social as faz viver. A *idéia surge da ação e deve retornar à ação*, afirmava Proudhon,¹¹ e Bakunin complementa:¹² *é preciso ir da vida à idéia*. “Quem se apóia sobre a abstração nela encontrará a morte.”

Quando o movimento anarquista constitui-se como tal — origem que podemos situar historicamente, para dar uma data simbólica, no congresso de Saint-Imier —, o anarquismo tornar-se-á um corpo teórico que organiza, sistematiza, representa e justifica a luta, e os métodos de luta, para chegar a uma transformação profunda da sociedade com vis-

tas a construir um espaço político — ou regime político — concebido como a *anarquia*. A anarquia é o objetivo, a finalidade do anarquismo.

Entretanto, o conteúdo socialista do anarquismo não se concentra numa única tendência e, segundo os momentos da história e as regiões do globo, as correntes anarco-individualistas, mesmo minoritárias, sempre manifestarão sua presença.

Evidentemente, pela própria lógica que emana de suas premissas, e também pelo espírito iconoclasta que lhe é inerente, o anarquismo nunca será redutível à uma única doutrina, nem a um pensamento justo ou correto. Sem centro, sem dogma, combatendo sem descanso todo grupo que, em seu nome, pretenderá definir uma ortodoxia, o anarquismo será múltiplo, diverso, matizado.

Por essas mesmas razões, Malatesta dava, ou melhor, acrescentava, uma outra interpretação à distinção entre anarquismo e anarquia. Ele queria liberar o anarquismo de toda ligação com um espírito de sistema, ligação esta sempre constrangedora, que o faria depender de uma “verdade” científica ou de uma demonstração filosófica. “O anarquismo nasceu da rebelião moral contra as injustiças sociais”, da luta contra a exploração e a opressão; só o desejo e a vontade de mudar justificam a anarquia.

A anarquia [...] é o ideal que poderia, inclusive, jamais se realizar, do mesmo modo que nunca alcançamos a linha do horizonte que se afasta à medida que avançamos em sua direção; [em contrapartida] o anarquismo é um método de vida e de luta e deve ser praticado hoje e sempre, pelos anarquistas, no limite das possibilidades que variam segundo os tempos e as circunstâncias.¹³

O anarquismo, como teoria da sociedade e da revolução ou como método de ação, pertence à *episteme* de sua época e depende do clima social no qual se desenvolve. A anarquia, como valor, está mais ligada à negação do presente e à aspiração, que se desejaria crer universal, a um mundo de livres e iguais.

Assim, se a idéia, e até mesmo a palavra “anarquia”, encontram-se sob a pena de alguns precursores — Godwin, Proudhon, Bellegarrigue, Coeurderoy, Déjacque —, o anarquismo revolucionário e socialista constrói-se nos dias que se sucedem à Comuna de Paris.

O pensamento coletivo elaborado no seio da velha Internacional vai desenvolver-se, para os anarquistas, sobre algumas linhas de força maiores: o enfrentamento e a não-colaboração de classes, o internacionalismo, o federalismo, a ação direta.

Os proudhonianos haviam se tornado uma minoria — os marxistas também o eram, como sempre o foram no seio da Primeira Internacional — quando Varlin escreve a Guillaume (dezembro de 1869):

Os princípios que devemos nos esforçar para fazer prevalecer são aqueles da quase unanimidade dos delegados da Internacional no congresso de Basileia (setembro de 1869), isto é, o coletivismo ou o comunismo não-autoritário.¹⁴

Naquela época, o que era apreendido e representado pelo *coletivismo* era que a terra e os instrumentos de trabalho, todos os meios de produção, deveriam ser propriedade coletiva; que o Estado seria substituído pela livre federação dos produtores, e o salariado pelo trabalho associado, que asseguraria a todos e a cada um o *produto integral de seu traba-*

lho. "De cada um segundo seus meios, a cada um segundo seu trabalho."

Para os primeiros internacionalistas, para Bakunin e Guillaume, para os jurassianos, esse princípio dito coletivista bastava-lhes; os espanhóis permaneceram ligados a ele até o final do século. Eles pensavam que depois da revolução cada grupo ou coletividade apreciaria em função de suas possibilidades qual modo de distribuição do produto poderia ser adotado. Guillaume reconhecia que a *repartição* (ou a partilha) era "o ponto mais delicado, talvez, de toda a organização social...", e nunca quis abandonar o ponto de vista coletivista.

Mas ninguém tinha uma idéia clara — pensava Malatesta ao polemizar com Nettlau em 1926¹⁵ — quanto à maneira de atribuir a cada indivíduo, ou a cada associação, a parte do solo, a matéria-prima e os instrumentos de trabalho que lhes cabiam, nem como medir o trabalho de cada um, nem como estabelecer um critério de valor para a troca.

A seção italiana da Internacional, quando do congresso de Florença de 1876, será a primeira a adotar o *comunismo anarquista* para resolver esse problema. Os delegados pensaram que a única solução para realizar o ideal da fraternidade humana, escapando de todo embrião de governo, e, ao mesmo tempo, eliminar as insolúveis dificuldades da medida do esforço do trabalho e do valor do produto, era a organização comunista, na qual cada um daria voluntariamente sua contribuição à produção e consumiria livremente aquilo de que necessitava.¹⁶ Essas opiniões foram rapidamente difundidas no Jura e em Genebra por Dumartheray, Cafiero, Reclus, Kropotkin e outros, retomadas, em seguida, por *Le Révolté* de Genebra e de Paris, e, a partir dos anos 1879-80, elas generalizaram-se por quase toda a totalidade do movimento anarquista. Assim, o *anarco-comunismo* propagou a divisa:

"De cada um segundo suas forças, a cada um segundo suas necessidades."

Alguns, como Nettlau, que cita em seu favor os "corajosos anunciadores de um anarquismo sem hipótese econômica, tais como Ricardo Mella e Voltairine de Cleyre", continuaram a defender o *anarco-coletivismo* e a censurar nos anarco-comunistas seu desejo de avançar o mais longe possível sem ver que o comunismo exige a abundância, e que a Revolução deve resolver de imediato o problema do provimento de todos, e que isso se dará seguramente na penúria. "Pegar à vontade" seria um desastre para os revolucionários. É possível, reconhece Malatesta, que

no entusiasmo dos iniciadores, tenhamos suposto as coisas mais simples e mais fáceis do que o são na realidade, mas não deixaríamos de compreender e ressaltar que a abundância é uma condição necessária do comunismo, e que essa abundância não pode produzir-se num regime capitalista." [...] "O talento literário e o grande prestígio de Kropotkin fizeram aceitar a infeliz fórmula *della presa nel mucchio* (pegar à vontade)", mas "de volta da América do Sul (1890), chamei a atenção para o absurdo da crença na abundância, e busquei demonstrar que o prejuízo gerado pelo sistema capitalista não é tanto a criação de uma nuvem de parasitas, mas o impedimento da abundância possível, estancando a produção lá onde pára o lucro capitalista."¹⁷

O anarquismo revolucionário permaneceu comunista, mas sabendo que nem a anarquia nem a passagem de uma economia de sobrevivência a uma economia de abundância podem realizar-se num único dia, mas que a luta, para chegar a ela, deve acontecer hoje, amanhã e sempre.

Notas:

¹ "Distinguimos comumente a justiça distributiva e a justiça comutativa. A primeira, exercida por meio de autoridade, consiste na repartição dos bens e dos males segundo o mérito das pessoas. A justiça comutativa, ao contrário, consiste na igualdade das coisas trocadas, na equivalência das obrigações e das atribuições estipuladas nos contratos. Ela comporta a reciprocidade, e, se ela fosse realizada em estado puro, excluiria a intervenção de um terço, enquanto que essa intervenção é a própria condição do exercício da justiça distributiva." 1. Comutativa (justiça), in *Vocabulaire technique et critique de la philosophie* de André Lalande (1991).

² Michel Bakounine, *Étatisme et Anarchie, Oeuvres Complètes*, éd. Champ Libre, Paris, 1976, vol. IV, p. 312 (escrito em 1873, *Estatismo e Anarquia* é o último texto de Bakunin publicado antes de sua morte, ocorrida em 1876).

³ Pierre-Joseph Proudhon, *Du Principe d'autorité — Idée Générale de la Révolution au XIX^e Siècle*, éd. de la Fédération Anarchiste, Paris, 1979, p. 82 (ver crítica de Rousseau: pp. 94-96).

⁴ Mikhail Bakunin, "La Réaction en Allemagne" [1842], in *L'Anarchisme aujourd'hui* de Jean Barrué, Spartacus, Paris, 1970 (A tradução feita por Barrué da célebre fórmula é: "A volúpia de destruir é ao mesmo tempo uma volúpia criadora!"), p. 104.

Lemos essas linhas estranhamente parecidas trinta anos depois em *Estatismo e Anarquia*: "Esta paixão negativa pela destruição está longe de ser suficiente para elevar a causa revolucionária ao nível desejado; mas, sem ela, esta causa é inconcebível, e mesmo impossível, pois não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, justo porque dela, e só por ela, criam-se e nascem os novos mundos."

⁵ John Locke, *Traité du Gouvernement Civil*, capítulo VIII: Du commencement des sociétés politiques.

⁶ Jean-Jacques Rousseau, *Du Contrat Social*, livro I, capítulo V.

⁷ Michel Bakounine, *L'Empire knouto-germanique [Dieu et l'État]*, in Bakounine, *Oeuvres Complètes*, vol. VIII, éd. Champ Libre, Paris, 1982.

⁸ Por "historicismo", entendemos o ponto de vista que assume como norma o que é historicamente consagrado; Feuerbach denuncia no historicismo uma forma de relativismo histórico resultando na aceitação não crítica

do mundo presente. Se o historicismo torna-se prospectivo, ele verá no fim da história a realização de uma finalidade: o advento do reino de Deus, ou o triunfo do proletariado.

⁹ Errico Malatesta, *Pensiero et Volontà*, n° 2, Roma, 1926. "Ancora su scienza e anarchia", in *Scritti*, Genebra, 1936, vol. III, p. 211.

¹⁰ A. Hamon, *Socialisme et Anarchisme*, éd. E. Sansot et Cia., Paris, 1905 (Definição de anarquia, p. 114).

¹¹ Pierre-Joseph Proudhon, *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*, Garnier Frères, Paris, 1858, tomo II, p. 215.

¹² Michel Bakounine, *Étatisme et Anarchie, op. cit.*, p. 309.

¹³ Errico Malatesta, "Repubblicanesimo sociale e anarchismo", *Umanità Nova*, n° 100, Roma, 1922, in *Scritti*, Genebra, 1936, vol. II, pp. 42-43.

¹⁴ James Guillaume, *L'Internationale. Documents et souvenirs*, édit. Grounauer, Genebra, 1980, vol. I, p. 258.

¹⁵ Errico Malatesta, *Pensiero et Volontà*, n° 14, Roma, 1926. "Internazionale collettivista e comunismo anarchico" in *Scritti*, Genebra, 1936, vol. III, p. 253 e seguintes (ver também os dois artigos de Max Nettlau publicados no *Suplemento de La Protesta* de Buenos Aires: "Colectivismo y comunismo antiautoritario en la concepción de P. Kropotkin", 20 de setembro de 1928. E "Algunos documentos sobre los orígenes del anarquismo comunista" [1876-1880], 6 de maio de 1929.)

¹⁶ *Ibid.*, p. 260.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 263-264.